

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LITERATURA INFANTIL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

ANA PAULA REIS BERTONCELLO¹

FATIMA ROSA VANZELLA FLOSS²

CAMILA DE FÁTIMA SOARES DOS SANTOS³

“A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato baseado em valores para a transformação social.”

(Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Fórum Eco 92).

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender a Educação Ambiental e verificar as possíveis relações com a literatura infantil, enquanto possibilidade de caminho pedagógico, para estudar a educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental. Para responder ao objetivo utiliza-se como referencial teórico estudos sobre o tema, como também documentos oficiais, os quais definem a Educação Ambiental enquanto política pública. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com análise de conteúdo de duas obras da literatura infantil que abordam a temática. Inicialmente, contextualiza-se a Educação Ambiental, seu histórico e sua relação com o ambiente educativo a partir dos documentos oficiais, com destaque para a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Na sequência, busca-se compreender a literatura infantil como caminho pedagógico para estudar a Educação Ambiental no contexto escolar. Destaca-se a importância de trabalhar este tema desde a primeira etapa do ensino fundamental, para desenvolver, desde a infância, a conscientização a respeito da preservação do meio ambiente, para que assim as crianças possam ser agentes multiplicadores do que aprendem no espaço escolar. Ademais, é possível dizer que a literatura infantil se apresenta como um instrumento de grande valia para o estudo da Educação Ambiental, de maneira lúdica e criativa.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Infância. Literatura Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a Educação Ambiental (EA)⁴ e suas relações com a Literatura Infantil. As experiências no campo de estágio da educação infantil e anos iniciais⁵, despertou e motivou-nos, enquanto acadêmicas, o desejo em realizarmos uma pesquisa sobre essa temática, ao percebermos a necessidade de estudar a EA na infância, enquanto um conteúdo interdisciplinar, tendo como subsídio a literatura infantil, para um aprendizado significativo

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó-SC. E-mail: anna_bertoncello@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó – SC. E-mail: fathyfloss@gmail.com.

³ Mestra em Educação (URI/FW - 2017). Docente do Curso de Pedagogia. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Chapecó – SC. E-mail: camila.s.santos@uffs.edu.br

⁴ Ao decorrer do texto será utilizada a sigla EA, para falarmos da Educação Ambiental.

⁵ Componentes curriculares que integram a matriz curricular do Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia.

ao aluno. Nos espaços em que ocorreram nossos estágios, havia lixeiras, cada uma com sua cor, no ambiente externo para dar o destino correto a cada resíduo, mas na sala de aula onde as crianças passam a maior parte do tempo, não havia lixeiras para se fazer a separação dos resíduos e a área verde, tendo a composição de muitas árvores e um extenso gramado que era pouco explorado.

Destaca-se a importância da EA, pois dela surge um processo educativo, do qual se direciona a um saber com base em valores éticos e em regras políticas de convívio social, evidenciando a questão dos benefícios e prejuízos gerados a partir da apropriação e uso da natureza.

A pesquisa balizou-se por algumas questões a respeito da temática, as quais direcionaram a escrita da mesma, tais como: A EA pode ser estudada no ambiente escolar de modo interdisciplinar? Quais metodologias ou práticas pedagógicas poderiam ser realizadas a fim de despertar e fortalecer a conscientização ambiental desde a infância? É possível trabalhar a EA nos anos iniciais do ensino fundamental a partir da literatura infantil? Quais autores ou obras da literatura infantil abordam essa temática?

Diante disso, esse trabalho tem por objetivo compreender a Educação Ambiental e verificar as possíveis relações com a literatura infantil, enquanto possibilidade de caminho pedagógico, para estudar a educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental. Enquanto abordagem metodológica fundamenta-se pela pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com análise de conteúdo de duas obras da literatura infantil que abordam a temática. A opção pelos Anos Iniciais, justifica-se pelo fato de que nesta etapa as crianças apresentam maior interesse pelo ato de ler e, também, porque a criança passa a constituir um pensamento mais crítico a partir do que um livro apresenta.

Para introduzir a EA no meio formal, consideramos fundamental partir do meio em que o aluno vive. Nesse sentido, o professor, enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, poderá pensar em estratégias metodológicas diferenciadas durante o processo formativo do sujeito, possibilitando ao aluno compreender a importância do cuidar e de preservar o meio ambiente. A partir desses aspectos mencionados, pensamos que é possível desenvolver um conteúdo interdisciplinar, tendo como subsídio a literatura infantil, para proporcionar um aprendizado significativo e reflexivo para o aluno diante de suas ações.

Os principais aspectos destacados ao decorrer deste escrito estão voltados para a EA, o desmatamento, a poluição, a preservação dos recursos naturais, e a degradação ambiental o que gera consequências tanto para o meio ambiente quanto para os seres que dele necessitam para sobreviver.

Inicialmente, apresenta-se um breve histórico da educação ambiental em um contexto mundial, no contexto das políticas públicas até sua implementação na educação. Nesse sentido, destaca-se a EA no contexto escolar como um meio de formação social do indivíduo para o desenvolver de um pensamento crítico, reflexivo e a construção de valores sociais.

Na sequência será abordada a literatura infantil e a educação ambiental, com destaque para as análises de duas obras literárias voltadas especialmente à temática ambiental, juntamente com o aporte teórico de autores que reforçam e sustentam os conceitos elencados a partir dos estudos.

Considerando o referencial teórico, o texto discorre sobre as análises das obras “Azul e Lindo: Planeta Terra Nossa Casa” (1991) da autora Ruth Rocha e Otavio Roth e “A árvore generosa” (1962) do autor Shel Silverstein as quais contemplam a educação ambiental, a partir de algumas categorias como: o desmatamento, a poluição, a preservação dos recursos naturais e as consequências da degradação ambiental para o meio ambiente e seres humanos.

Leva-se em conta que a Educação Ambiental está presente na escola como um tema transversal, embora os PCNS⁶ a tratem assim, não é essa concepção que deveria permear o ambiente escolar, uma vez que a temática precisa perpassar todo o currículo, pensamos que a literatura é uma forma diferenciada para se apresentar a EA, possibilitando ao aluno relacionar o real com o imaginário, como também por meio de suas criações imaginárias relacionar e colocar em prática suas fantasias mentais, o que dessa forma torna seu aprendizado mais significativo e valoroso.

Por fim, apresentam-se algumas considerações, as quais sintetizam a pesquisa realizada e seus resultados em torno dos estudos elencados a respeito da temática ambiental juntamente com a literatura infantil como subsídio metodológico para o professor desenvolver sua prática.

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO

Para abordar a Educação Ambiental faz-se importante compreender os seus desdobramentos, trajetórias e perspectivas, sendo necessário identificar a sua origem. A relação com o meio ambiente no qual, até pouco tempo era visto como um bem utilitário, disponível e inesgotável, a Educação Ambiental urge num contexto permeado por conflitos e problemas ambientais, enquanto possibilidade e instrumento para buscar soluções.

Na análise do contexto histórico, o termo “Educação Ambiental” teve seus primeiros

⁶Parâmetros Curriculares Nacionais.

registros no ano de 1948, em um encontro realizado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em Paris. Contudo, a utilização desse termo com maior ênfase e a definição dos seus caminhos foram delineados a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, a qual marcou a inserção da Educação Ambiental enquanto temática na agenda de políticas públicas internacionais, a partir da publicação da Declaração de Estocolmo. O objetivo desse documento foi reduzir a discrepância entre desenvolvimento econômico e proteção do meio ambiente, partindo da premissa de que para a promoção de soluções era necessário educar o cidadão. A partir disso, em 1975, em uma segunda reunião internacional, foi lançado em Belgrado⁷ o Programa Internacional de Educação Ambiental, que apresentou os princípios e orientações para o futuro. (SECAD/MEC, 2007).

A carta de Belgrado, como ficou conhecida, se constitui no Documento que culminou com a formulação de princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental e preconiza uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, exploração e dominação humanas. Censura o desenvolvimento de uma nação à custa de outra e sugere a criação de um programa mundial em Educação Ambiental. (SILVA, 2011, p. 28).

Mais tarde, em 1977, ocorreu a I Conferência Intergovernamental sobre EA, em Tbilisi na Geórgia (ex-URSS), evento organizado pela UNESCO que contou com a colaboração da ONU - PNUMA⁸, no qual a finalidade foi elaborar recomendações aos países membros com o objetivo de minimizar os problemas ambientais causados pelo próprio homem. (GRACIOLLI E ZANON, 2017). Resultado desse encontro – firmado pelo Brasil – surgiram as definições, objetivos e estratégias para a EA que seguem sendo adotadas, enquanto referência indispensável, em políticas públicas por todo o mundo. Importante destacar que esse documento, afirma que o processo de Educação Ambiental deve promover a construção de conhecimentos, valores, competências e atitudes relacionadas à participação consciente da sociedade com o meio ambiente. Com base nessa conferência os Estados-membros foram convocados a incluírem em suas políticas educacionais, ações para integrar conteúdos, diretrizes e atividades que abrangem a Educação Ambiental. Destaca-se a recomendação nº 1, presente nesse documento:

⁷ Antiga Ioguslândia, atualmente Sérvia. Nesse ensejo foi escrita a Carta de Belgrado, assinada pelos representantes de 65 países.

⁸ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), principal autoridade global em meio ambiente, é a agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável. Estabelecido em 1972, o PNUMA tem entre seus principais objetivos manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações. (SILVA, 2011).

[...] um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos [...] e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e a habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente (UNESCO, 1978).

Diante disso, é possível concluir que a EA precisa possibilitar a compreensão de que todos fazem parte do meio ambiente e, assim, tornam-se corresponsáveis pela sua proteção e preservação. Isto posto, é relevante refletir como essas políticas vem sendo efetivadas, pois

muito se fala hoje sobre Educação Ambiental e sobre projetos de Educação Ambiental, mas, na maioria das vezes, são apenas atividades sobre e no ambiente. Só podemos falar de Educação Ambiental quando existe a componente para, ou seja, quando entre as finalidades do programa se encontram a melhoria e a conservação do ambiente, a conscientização e mudanças de comportamento. É esta transformação que a Educação Ambiental deve promover conforme as recomendações da conferência de Tbilisi. (SILVA, 2011, p, 29).

Com vistas a dar continuidade ao que foi determinado na Conferência Intergovernamental de Tbilisi⁹, outros eventos internacionais foram sendo realizados, em 1987, em Moscou, ocorreu o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais e, em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁰. Dessa última Conferência, surgiu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. (SECAD/MEC, 2007, p. 12).

Esse documento é de grande importância pelo fato de considerar a EA um processo político e dinâmico, portanto, que deve estar em constante construção e também, por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil, com orientação de valores que visam a transformação social. De igual forma, destaca outro documento a Agenda 21¹¹, plano de ação adotado no âmbito global, nacional e local, por ONGs, governos e toda sociedade civil. (SILVA, 2011).

A datar da década de 90, com a ECO-92, mudanças significativas em relação aos

⁹A Conferência Intergovernamental aconteceu em Tbilisi, Geórgia, antiga União Soviética (URSS). Ficou conhecida pelo mundo por “Conferência de Tbilisi”, por ser o local onde realizou-se a conferência.

¹⁰Conhecida também por ECO-92.

¹¹Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socio ambientalmente sustentável.

problemas ambientais passaram a ser planejadas. O fato é que, por mais que o documento elaborado na última conferência estivesse repleto de boas intenções, os resultados não foram atingiram de modo satisfatório. Embora o conhecimento científico sobre a temática tenha se expandido, não foi o suficiente para garantir um desenvolvimento econômico articulado ao conceito de proteção ambiental. Evidencia-se, portanto, a necessidade de ações mais efetivas para promover um estilo de vida e de convivência com o meio, de modo sustentável.

Nesse sentido, em 1997, em Tessalônica na Grécia, foi realizada a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, onde analisaram as conferências anteriores e também os documentos e publicações, percebendo que ainda tinha muito a se fazer, assim reforçando os temas da ECO-92, com vistas ao papel crítico da EA, baseada em práticas interdisciplinares, na perspectiva de efetivar ações de conscientização à sustentabilidade. Ademais, em contexto internacional, por iniciativa da ONU, foi implementada a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), fato muito significativo para o reconhecimento da EA, pois enfatiza, mundialmente, a sustentabilidade a partir da educação, potencializando as políticas educacionais.

No Brasil, a EA é resultado de um processo histórico de longa data, tendo origem em manifestos compostos por pessoas com objetivos comuns, os quais tinham como maior preocupação, inicialmente, o ecologismo, sem considerar as mazelas socioeconômicas e seus efeitos na degradação ambiental.

Na obra de Carvalho (2011), fica explícito um fato marcante na década de 80, sendo o *ambientalismo como o movimento ecológico*, que tinha por objetivo libertar e contestar a cultura degradante ambiental, em que a população se encontrava no momento. Com vistas a viabilizar possíveis soluções para essa problemática, buscou-se um meio para que a população dispusesse de um pleno desenvolvimento intelecto em relação ao meio ambiente. Nesse contexto, surge a EA, na perspectiva de gerar uma sociedade mais consciente com as futuras gerações.

Segundo Dias, por volta de 1975

[...] alguns órgãos estaduais brasileiros voltados ao meio ambiente iniciaram os primeiros programas de educação ambiental em parceria com as Secretarias de Estado da Educação. Ao mesmo tempo, incentivados por instituições internacionais ‘disseminava-se no país o ecologismo, de formação de abordagem que circunscrevia a importância da educação ambiental à flora e à fauna, à apologia do “verde pelo verde”, sem que nossas mazelas socioeconômicas fossem consideradas nas análises [...]. (2000 apud DIAS, L.; MARQUES; DIAS, M. D., 2016, p. 22).

As mobilizações internacionais, relacionadas anteriormente, sem dúvidas, estimularam

a realização de diversos debates, dentre eles conferências e seminários nacionais, a fim de promover a adoção de políticas e programas em que a EA passa a integrar ações políticas.

Nesse sentido, considerando a EA, enquanto política pública, vale destacar que, “hoje, os grandes problemas colocados na agenda mundial são problemas que passam pela intervenção política. Podemos afirmar que a política está inserida em todos os aspectos da vida humana.” (Dias e Matos, 2012, p. 4). Portanto, “a urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade.” (SORRENTINO, 2005, p. 287).

Importante compreender que o termo “política” tem origem na Grécia antiga, relacionada à *polis*, que se refere à cidade, ao público, ao social e bem-comum. Em relação às políticas públicas, vale dizer que “[...] estão relacionadas à política num sentido mais amplo, contidas no campo do exercício do poder das diversas sociedades.” (SANTOS e SUDBRACK, 2018 p. 23). De acordo com as autoras tais ações políticas “podem ser traduzidas em programas e ações governamentais que podem ou não resultar em mudanças sociais e, quando implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.” (idem, 2018, p. 26).

Nesse campo político, de acordo com os artigos 205 e 225 da Constituição Federal, é dever do estado definir políticas públicas que envolvam o aspecto ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A atenção atribuída para essa temática, no Brasil ocorreu após a Conferência de Estocolmo, em 1972 e da Conferência de Tibilisi, em 1977, em que a EA foi incluída enquanto estratégia para subsidiar a sustentabilidade ambiental e social do planeta¹², materializada em ações políticas, com destaque para os seguintes marcos regulatórios: Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999¹³ - dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002 – Regulamenta a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Sob esse prisma

¹² Foi criada a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) ligada à Presidência da República.

¹³ Esta lei fornece um roteiro para a prática da educação ambiental e na sua regulamentação (Decreto 4281/02) indica o Ministério da Educação e do Meio Ambiente como órgãos gestores dessa política.

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma. (CARVALHO, 2004 apud SORRENTINO, 2005, p. 288-289).

No fortalecimento da EA, enquanto política pública, na sequência da promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi criada a Diretoria de Educação Ambiental¹⁴ como instância de execução dessa política. Percebe-se aqui a inserção da educação ambiental nas políticas públicas do Estado brasileiro sob dois aspectos “como crescimento horizontal (quantitativo) e vertical (qualitativo), pois enquanto no âmbito do Ministério da Educação (MEC) pode ser entendida como uma estratégia de incremento da educação pública, no do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é uma função de Estado totalmente nova.” (SORRENTINO, 2005, p. 290).

Diante do exposto até o presente momento, é possível compreender, ao longo dos últimos anos, a evolução das concepções ambientais e sua inserção no campo das políticas públicas. No contexto hodierno a preservação da natureza está atrelada a um valor social, compromisso coletivo, articulada a um desenvolvimento menos abusivo, que gere menos prejuízos ao meio ambiente e possibilite uma qualidade de vida melhor. Resta saber como essa política vem sendo interpretada e materializada no campo da prática, ou seja, no contexto escolar.

1.1 Educação Ambiental no contexto escolar

Na visão de Adams (2005), atualmente a EA assume um caráter mais realista e, tem por base a busca de equilíbrio entre o homem e o ambiente, tendo em vista a construção de um futuro que é pensado e vivido em uma lógica de desenvolvimento e progresso. Desta forma, a Educação Ambiental é considerada como uma ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável¹⁵.

¹⁴ Integrada ao Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente.

¹⁵ Sobre esse conceito, entende-se que “desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais

Como afirma Carvalho (2011), com uma perspectiva interdisciplinar, a EA busca compreender questões que afetam as relações entre os grupos humanos e o ambiente no qual vivem, respeitando cada qual sua cultura, seus saberes a fim de que se crie uma prática educativa inovadora e que provoque mudanças significativas nas concepções e nas práticas pedagógicas.

Segundo Stolz e Vaz (2009),

A Educação Ambiental vem mostrar que o ser humano é capaz de gerar mudanças significativas ao trilhar caminhos que levam a um mundo socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável, devendo sempre trabalhar o lado racional e estruturado juntamente com o lado sensível a fim de despertar o interesse, o engajamento e a participação de indivíduos em assuntos relacionados a temas socioambientais. (STOLZ; VAZ, 2009, p. 236).

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999) com o objetivo de inserir a EA no contexto escolar como componente interdisciplinar fundamental para a formação dos indivíduos em todos os níveis de ensino formal¹⁶ e não formal, possibilita que todos têm direito a EA.

A EA no ensino formal segundo o Art. 9º da PNEA

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos. (BRASIL, 1999).

A partir destas determinações, é que foi implantada a EA nas redes de ensino públicas e privadas como espaços formais na educação de todo o país, de forma interdisciplinar, ou seja, abrangendo todo o currículo, contemplando os diferentes níveis e modalidades da educação, e não como uma disciplina específica, ou ação isolada.

Segundo o PNEA em seu Art. 1º

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A lei têm por objetivos fundamentais compreender o meio ambiente nas múltiplas relações que envolvem os aspectos ecológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais, etc, com a garantia de uma democratização de informações e, assim, também, fortalecendo o exercício da cidadania e solidariedade como um dos pontos fundamentais para o futuro da

vivemos para as gerações futuras". (MIKHAILOVA, 2004, p. 26).

¹⁶

Nesse trabalho nosso objetivo está relacionado apenas à educação formal.

humanidade.

Avanzini e Gomes (2015) apontam, de acordo com a teoria de Rousseau “A educação deve ser de estímulo, cuidado, segurança e simplicidade, através de jogos, objetos e ambientes que permitam uma formação por meio da experiência, manipulação e ação.”. (AVANZINI; GOMES, 2015, p. 13). Desta forma, a concepção de Rousseau nos faz pensar em práticas cotidianas voltadas especialmente para a criança no seu todo, com o intuito de fazer com que seu desenvolvimento seja de forma íntegra.

Para Freire (1996),

[...] educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em Educação Ambiental: conceitos, metodologias e práticas - 15 sua dimensão individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial à prática pedagógica proposta. Sem respeitar essa identidade, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos educandos antes de chegar à escola, o processo será inoperante, somente meras palavras despidas de significação real [...]. (FREIRE, 1996, p. 28-33).

Desta forma, a educação por ser uma prática pedagógica, preocupa-se em emancipar e transformar o sujeito, a fim de que o mesmo passe a ser consciente, reflexivo e reconheça sua autoria frente ao que vivencia ao longo da vida. Cabe ao professor com seu papel de mediador, valorizar os conhecimentos de cada um, e levar em consideração os saberes que trazem consigo, relacionando a realidade com o processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Graciolli e Zanon (2017, p. 02), “[...] a escola prepara as novas gerações para os desafios do mundo, pois pode e deve contribuir para a formação e o estímulo da criticidade do cidadão e conscientização da população para os problemas socioambientais”.

A destruição da natureza não seria resultado da forma como o ser humano está ligado ao planeta, mas o modo com que se relaciona com a natureza, o desmatar, poluir, queimar, cada um está somente reproduzindo o que lhes foi ensinado no meio social, político e cultural em que está inserido “[...] A atual relação de nossa espécie com a natureza é apenas um reflexo do atual estágio de desenvolvimento das relações humanas entre nós próprios [...]”. (BERNA. 2001, p.18).

Para estudar e ensinar sobre meio ambiente é preciso desenvolver em primeiro lugar o exercício da cidadania, uma vez que é reproduzida uma ação estimuladora e transformadora ao sujeito é possível construir novos valores, e assim educar um novo olhar sobre o meio em que se vive pensando em cuidar e preservar. Não podemos deixar de ressaltar que não basta apenas ter consciência dos seus atos, mas é preciso que haja principalmente uma mudança de comportamento. Falando um pouco em políticas públicas, não podemos jogar a

responsabilidade de cuidar e preservar somente aos governantes, portanto é preciso que cada um faça a sua parte, iniciando pelo consumismo que é muito forte em nossa sociedade, e, também, dentro de casa, na hora de separar os resíduos para serem descartados de maneira correta, pois temos que ter a consciência que é preciso contribuir para a longevidade de nosso planeta. Segundo Carvalho (2011),

O educador é por “natureza” um intérprete, não apenas porque todos os humanos o são, mas também por ofício, uma vez que educar é ser mediador, tradutor de mundos. Ele sempre está envolvido na tarefa reflexiva que implica provocar outras leituras da vida, novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo e sobre nossa ação no mundo. (CARVALHO, 2011, p. 77).

Assim para haver a mudança de comportamento e atitudes, é necessário que se tenha uma referência central, sendo o educador um mediador desse processo, o qual irá conduzir os educandos a desenvolver e mudarem suas concepções em torno do espaço que estão vivendo e transformando. Sob esse prisma,

atualmente a temática voltada à educação ambiental, pode ser compreendida como sinônimo de reflexão e ação, a qual se desenvolve a partir de um processo educativo, permanente e contínuo tendo como o objetivo, superar a visão meramente ecológica, transpondo o olhar para uma dimensão mais abrangente, incorporando no escopo das suas discussões, questões políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais. (SPIRONELLO; TAVARES; SILVA, 2012, p. 141).

Nesse sentido, a escola enquanto espaço educativo formal, exerce papel fundamental na formação do sujeito, pois é nesse espaço que o mesmo poderá se constituir um cidadão crítico e consciente em seus direitos e deveres, sobretudo, em relação à preservação do meio onde vive.

Diante disso, ao trabalhar a EA na escola, é importante considerar a formação do sujeito-criança como um agente multiplicador de ações voltadas ao meio ambiente, para que possam pensar e desenvolver uma sociedade sustentável, e com ações capazes de suprir a necessidade das gerações futuras. Assim,

Convém atentar que a Educação Ambiental está intimamente ligada ao indivíduo como ser social, portanto é importante a percepção individual como elemento da prática ou disseminação da Educação Ambiental sob os olhares de cada ator do espaço social. (DIAS, L; MARQUES; DIAS, L. S., 2016, p. 12).

No contexto escolar a EA aparece como um conteúdo interdisciplinar, pois está ligada na preservação do meio em que se vive, sustentabilidade, recursos naturais, reciclagem, desmatamento, etc. Na escola muitas vezes a EA é lembrada somente na semana do meio ambiente como uma atividade/projeto “obrigatório” é necessário desenvolver, e no restante do ano fica “esquecida”. Apresenta-se como desafio superar essa perspectiva, tendo em vista a

necessidade de ações permanentes, as quais podem ser fortalecidas com os alunos todos os dias, iniciando com o cuidado e preservação do ambiente escolar, o qual os alunos usufruem todos os dias.

Dessa forma, a EA, tomada a partir de uma concepção crítica, tem como objetivo proporcionar a construção de um conjunto de saberes científicos e críticos pelos alunos no âmbito escolar, para que reconheçam a necessidade na mudança de pensamento e atitudes frente aos problemas ambientais existentes.

Apresenta-se assim, uma possibilidade de conquistar uma sustentabilidade humanizada, social e ambiental, na superação de um pensamento individualista e capitalista. Nesse sentido ao professor, enquanto mediador desse processo, cabe encontrar estratégias diferenciadas e motivadoras na perspectiva de abordar a temática e proporcionar uma aprendizagem significativa. Diante disso, passamos a analisar a literatura infantil, a qual pode ser um instrumento didático-pedagógico de grande valia nesse processo.

2 LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para compreender o campo da literatura infantil e suas relações com a Educação Ambiental, primeiramente é necessário compreender o que é a infância. A concepção de infância, passou por alterações significativas ao longo da história. Dessa forma, se hoje há uma concepção concreta do que é a infância, é devido as inúmeras transformações. Avanzini e Gomes, falam

[...] a infância é produzida pelo conjunto da sociedade a partir de ideias, práticas e valores, que se refere, sobretudo, às crianças, sendo que esses elementos são estabelecidos, difundidos e reproduzidos social e culturalmente. Infância não é natural, mas um fato social, ou seja, é uma construção coletiva que assume uma forma, tem um sentido e um conteúdo [...] (AVANZINI; GOMES, 2015, p. 9).

Na Idade Média como salienta Áries (1981), as crianças eram consideradas como adultos em miniatura, não havia distinção na vestimenta e a exposição aos costumes dos adultos eram frequentes. Áries (1981) destaca que a difusora de novos pensamentos em relação à criança/infância foi a Igreja Católica, as novas condutas que a igreja difundia fez-se com que surgisse novos modelos de família ressaltando a importância do laço que unia uns com outros. Segundo Heywood (2004 apud NIEHUES; COSTA, 2012, p. 285) se propagou a ideia da criança ser um mediador do céu e da terra, a partir de discursos cristãos, que reconhecia as palavras ditas por uma criança carregadas de sabedoria. Somente a partir da Idade Moderna que a criança passa a ser vista como um indivíduo social, que se encontra

inserido no coletivo, e que a família passa a demonstrar interesse e preocupação em relação a saúde e educação.

Como consta no RCNEI (1998)¹⁷, a infância atualmente é vista e reconhecida como um processo biológico, no qual afirma que cada criança possui sua singularidade, o que a caracteriza como um ser que possui sentimento e pensamento subjetivo. Durante a construção do conhecimento, as crianças se apropriam de diferentes linguagens, exercitam suas capacidades de ideias e hipóteses sobre o que procuram descobrir. Esse processo ocorre como sendo fruto de um árduo trabalho de criação, significação e ressignificação.

Quando a infância passa ser vista com outros olhos e sua importância afirmada, criou-se políticas públicas e programas a fim de amparar a família e assegurar os direitos da criança, por este ser confirmado como um sujeito componente da sociedade.

Partindo do reconhecimento da infância, a literatura infantil também passa a ter grande relevância na educação das crianças, especialmente, quando relacionado à formação de sujeitos que tomem por gosto o ato de ler. Pois é a literatura que estimula por meio de produções atrativas e belas, o que compõem os textos literários. Por meio dela que a criança desenvolve sua imaginação, criatividade, faz de conta, assim contribuindo para uma formação transformadora.

Como afirma Coelho

[...] literatura é arte, é um ato criativo que, por meio da palavra, cria um universo autônomo, realista ou fantástico, onde os seres, coisas, fatos, tempo e espaço, mesmo que se assemelham ao que podemos reconhecer no mundo concreto que nos cerca, ali transformado em linguagem, assumem uma dimensão diferente: pertencem ao universo da ficção.” (COELHO, 1986 apud TELES; SOARES, 2013, p. 2).

Se olhando reflexivamente para a literatura infantil, logo compreende-se que ela deve ser trabalhada de maneira que se faça presente na vida do leitor, com isso “A Literatura Infantil é arte que usa a palavra como linguagem expressiva e como tal deve ser trabalhada. Mais do que um modo de cognição, a Literatura é um alimento para alma.” (KAERCHER, 2011, p. 135).

De acordo com Abramovich (1997, p. 17), “é através de uma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, com isso podemos perceber a importância da história no ensino aprendizagem das crianças”. Da mesma forma, quando a leitura de um livro possui um direcionamento à criança, logo se pensa que este material irá proporcionar ao seu leitor total liberdade dele produzir o seu próprio

¹⁷Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

entendimento, oportunizando a construção de conceito e, portanto, de conhecimento. Como afirmam Souza e Giroto (2011, p 12), “Ao privilegiar o protagonismo da criança leitora em sua aprendizagem cria-se a oportunidade para que conheça a si própria como produtora de sentidos de/em sua leitura.”

Para que a criança, construa uma relação entre o real e imaginário por meio da literatura, Sousa afirma

[...] esse gênero de texto deve se aproximar da realidade da criança de uma forma mais prazerosa e interessante através da leitura, o mesmo transmite um aspecto comum com a escola que é a natureza formadora de ambas e também de transformar os alunos em leitores assíduos. (SOUSA, 2016, p. 95).

Por meio da literatura pode-se trabalhar todas as áreas do conhecimento, inclusive a EA, desde a educação infantil até na academia. Para se trabalhar a literatura é preciso utilizar livros com uma linguagem clara e significativa para a criança, para que assim aprecie o que está sendo oferecido a ela. A criança durante seu processo formativo precisa ser estimulada ao hábito e apreciação pela leitura.

Literatura infantil remete-se ao seu principal leitor: a criança. De acordo com Goés (2010), literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou seja, mensagem de arte, beleza e emoção, destinada à criança, mais nada impede que seja agradável e literária também ao adulto. (GRACIOLLI; ZANON, 2017, p.10).

O professor como mediador do conhecimento, e a escola como o local iniciante do saber, ambos têm um papel fundamental na formação do sujeito, pois é através destes que se proporciona o desenvolvimento da cidadania, e também a identidade crítica do sujeito em formação. Conforme Rangel (2012), nos traz o professor como figura principal que utiliza de vários elementos para contribuir através da leitura o processo de formação.

Ao se estudar a EA, permite se fazer reflexões socioambientais mais abrangentes em relação ao meio ambiente, uma vez que exposta a problemática aos alunos com uma visão crítica, e desenvolver projetos para assim os alunos perceberem a importância do tema.

É importante ressaltarmos que para ocorrer um processo construtivo educativo da criança, se faz necessário pensar em um espaço adequado e composto por profissionais capacitados para realizar suas competências. Sendo, que o principal sujeito a ser favorecido é o aluno, para que o mesmo atribua um valor e significado a este espaço e as vivências que lhe são proporcionadas. Através da literatura podemos proporcionar aos alunos um momento mais lúdico, deixando assim o tema a ser abordado descontraído, mas sem perder o foco.

2.1 Meio ambiente e educação ambiental: reflexões a partir dos livros de literatura infantil

A literatura infantil possibilita ao professor realizar práticas didático-pedagógicas sobre diferentes temas, de modo que, além de oportunizar a formação do aluno leitor, propicia uma prática criativa, lúdica, significativa e instigadora ao aprender, pois abre espaços para discussões, debates e a inserção de diversos temas, tais como a Educação Ambiental.

Considerando o objetivo dessa pesquisa, serão apresentadas, nesse item, as análises com base em duas obras de literatura infantil que abordam a temática em estudo. Enquanto instrumento de análise de das obras literárias, optamos pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Seguindo a proposição de Bardin (1977), a análise de conteúdo organizou-se a partir de três momentos: pré-análise: seleção das obras; exploração do material: estudo do conteúdo de cada obra, agrupamento dos dados e categorias; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: aprofundamento das análises, exploração dos significados expressos nas categorias de análise, num contraste com a fundamentação teórica.

As obras selecionadas foram: “Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa” (1991) de Ruth Rocha¹⁸, livro este com ilustrações coloridas e grandes, letras em caixa alta (cursiva), adequadas ao processo de alfabetização, que destaca a importância do cuidado com o nosso planeta, a importância da preservação para as gerações futuras, a conservação dos recursos naturais, e o cuidado como a nossa própria casa, pois é neste planeta que vivemos Lindo e Azul. A segunda obra a “A árvore generosa” (1962), escrito pelo autor americano Shel Silverstein¹⁹, traduzido por Fernando Sabino, foi escrito todo em preto e branco, relata um diálogo entre uma árvore e um menino, abordando a amizade, a consciência ecológica, o consumismo e o desmatamento, no qual a árvore sempre têm algo a oferecer ao menino, sem exigir nada em troca; o menino, por sua vez, sempre quer algo a mais da árvore.

A análise das obras supracitadas foram selecionadas considerando todo o contexto, ou seja, o título, as ilustrações, o texto, o que se pode abordar a partir dela, e a capa. Cabe ressaltarmos com base em Azevedo (1998/1999), que depende de como o professor deseja levar para sala de aula a temática em questão, faz-se importante reconhecer que o livro pode

¹⁸Nascida em São Paulo, capital, em 1931, Ruth Rocha sempre viveu em São Paulo. Foi orientadora educacional e editora. Começou a escrever artigos sobre educação para a revista Cláudia, em 1967. Em 1969 começou a escrever histórias infantis para a revista Recreio. Em 1976 teve seu primeiro livro editado. De lá para cá publicou mais de cem livros no Brasil e vinte no exterior, em dezenove diferentes idiomas.

¹⁹No Brasil, a delicada narrativa criada por Silverstein foi traduzida pelo escritor mineiro Fernando Sabino. Pautando-se pelo respeito aos leitores, a nova edição da Cosac Naify restabeleceu o formato original (e generoso) do livro. Para além das questões ecológicas, ele sugere um horizonte de cidadania e responsabilidade social. Em escala planetária.

ser classificado em: didático, paradidático e literário. Com base na autora, o livro *didático* é essencialmente constituído de informações que possuem a pretensão exclusiva em transmitir o conhecimento ou uma informação, no qual somente pode ser utilizado para estudos voltados a um conteúdo específico; *paradidático* em semelhança com o didático, tem como objetivo a transmissão do conhecimento e informação, apresenta assuntos paralelos o que complementa o livro didático, também há obras de caráter fictício; *literário* se constitui de questões humanas visto de um ângulo pessoal por meio da ficção e uma linguagem poética, ou seja, o autor coloca no papel o que está sentindo. Assim, selecionamos livros de cunho literário para nosso trabalho, obras estas com uma linguagem clara e que faça sentido para o leitor.

A partir dessas obras é possível desenvolver estratégias de leitura em três momentos: antes da leitura, durante a leitura e depois da leitura, permitindo a compreensão do texto. (SOLE, 1998). Tais estratégias envolvem: o levantamento de hipóteses a partir de conhecimentos prévios; a discussão em torno de conceitos; o interesse pelo tema da obra; a construção de um pensamento crítico; o resgate da ludicidade ao estudar a educação ambiental de maneira descontraída e significativa.

Na primeira obra *Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa (1991)*, podemos perceber que é um livro com linguagem clara e objetiva, que aborda a degradação ambiental, a poluição, o desmatamento, o cuidado e a preservação do nosso planeta. A escrita desse livro decorreu após Ruth Rocha e Otavio Roth, receber um convite da Organização das Nações Unidas, para que os dois produzissem a obra literária, baseando-se na Declaração Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972. (ROCHA, 1991, p. 45). A partir dessa parceria foi que surgiu a obra, voltada para crianças, pensando na questão ambiental que ganhava força naquela época. Contudo o tema é atual, pois é de longa data, que a preservação do meio em que vivemos vem sendo enfatizada. Inicialmente, o livro menciona as diversas reuniões mundiais sobre meio ambiente, que reuniram representantes do mundo todo, para juntos construir planos de ação voltados para a questão ambiental:

“Várias reuniões já foram feitas para discutir esse problema. E destas reuniões têm saído declarações, manifestos e planos de ação que tentam estabelecer o que pode ser feito para evitar que a terra -A nossa terra- A nossa casa- venha a se transformar num ambiente hostil, com muitos desertos, águas envenenadas, florestas devastadas, onde seria impossível viver”.

Rocha, 2014(p.15)

Percebe-se a necessidade de intervenções mundiais para se desenvolver ações com propostas que visam a conscientização de que todos precisam colaborar para o bem, uma vez que proteger os recursos naturais é dever de todos. Com as conferências mundiais realizadas ao longo da história, muitos avanços podem ser registrados, por exemplo, em nosso país, a instituição da Política Nacional da Educação Ambiental, a qual normatiza um trabalho a partir da EA nas escolas de maneira interdisciplinar, abordando todas as áreas do conhecimento.

Na sequência, destaca-se

“Mas para que a terra continue a nos dar tudo aquilo de que precisamos para viver, temos que cuidar dela como cuidamos de nossa própria casa.” Rocha, 2014(p.11)

“Os recursos da terra, o ar, a água, o solo, a flora e a fauna devem ser protegidos, para nosso bem e para o bem das criaturas que ainda vão viver no futuro”. Rocha, 2014(p.18)

A partir destes trechos percebemos a preocupação com as futuras gerações, ou seja, temos que cuidar para que nossos descendentes, ainda possam ver um planeta lindo e azul, como nós o vemos.

“Todos devemos lutar para que não poluam as águas, os mares, os rios, os lagos, que nos dão riquezas, alimento, transporte e diversão”. Rocha, 2014 (p.23)

“Nosso planeta levou muitos anos para se tornar o que ele é. A destruição de uma ou mais espécies vivas desequilibra a natureza e pode trazer consequências graves para a humanidade.

O homem deve viver em harmonia com todos os seres vivos”. Rocha, 2014 (p.27)

“Cada um de nós deveria viver de maneira a não ferir a natureza, de maneira a ajudar a preservação da vida”. Rocha, 2014 (p.37)

É preciso uma urgente transformação social, que possibilite o ser humano se relacionar com a natureza para preservá-la e não somente destruir. Como afirma Berna (2001), os danos causados a natureza não estão ligados com o ser humano, mas em como se relaciona, uma vez que desmata, polui, queima, está somente reproduzindo o que foi ensinado em seu meio social, político e cultural, pois é apenas um reflexo do desenvolvimento humano.

Podemos destacar também a respeito de nossos governantes que é preciso construir e desenvolver estratégias de responsabilidade social pensando na preservação:

“Os governos devem se juntar para fazer planos para aproveitar melhor os recursos de todos, porque vivemos na mesma casa e o que se faz num lugar têm consequências no outro”.

Rocha, 2014 (p.31)

“É preciso educar políticos, cientistas, professores e até os governantes, que deveriam olhar mais para os povos e os grupos que vivem com simplicidade, sabedoria e em harmonia com a natureza”. Rocha, 2014 (p.34)

A partir desses destaques compreende-se a importância que têm o trabalho de todos, assim se cada um fizer a sua parte, teremos um planeta melhor para se viver, uma vez a responsabilidade social é dever coletivo.

“Assim nossa herança, nossa herança mais preciosa – a Terra – estará garantida para nós, para nossos filhos e para os filhos de nossos filhos”. Rocha, 2014 (p.40)

Nas passagens acima percebemos o quão importante é a educação ambiental, que muitas vezes sabemos que temos que cuidar de nosso planeta, mas devido ao meio social em que vivemos acabamos muitas vezes não dando a devida importância, passando despercebida certas atitudes nossas, frente ao meio ambiente.

A segunda obra *A árvore generosa (1962)*, trata-se de uma narrativa em forma de poema, retratando uma história de amor e amizade entre uma árvore e um menino, no qual o menino sempre estava retirando uma parte da árvore sem pensar nas consequências, e sim só pensando no seu bem-estar. Os conceitos que compreendemos ao decorrer da análise, tornaram-se explícitos a partir das reflexões em torno da obra, por exemplo, quando o menino pede à árvore se ela não tem dinheiro para lhe oferecer para que ele possa comprar o que almeja ter:

“Eu quero comprar muitas coisas, quero me divertir e preciso de dinheiro tem algum dinheiro que possa a me oferecer?” Silvertstein, 2017 (p. 36)

“Eu quero uma casa pra me abrigar; eu quero uma esposa, eu quero ter filhos, pra isso é preciso que eu tenha uma casa.

Você tem uma casa pra me oferecer?” Silvertstein, 2017(p.41)

“Eu quero um barco ligeiro que me leve pra bem longe. Você tem algum barquinho que possa me oferecer?” Silvertstein, 2017 (p. 46)

Analisando os trechos anteriores, fica evidente o desejo consumista do menino o que relembra a outros momentos deste trabalho, no qual é destacado o consumismo como uma ação recorrente e muito presente na vida do homem. Afirma Monteiro (2004), o consumismo faz com que se crie necessidades que não são reais, com tamanha força e apelo o que causa um vazio ou até mesmo um desejo incontrolável, que tem como missão induzir o ser humano a conseguir o que deseja independente de como seja o processo.

A exploração e a não devolutiva são dois aspectos que nos chama a atenção na primeira e na segunda obra, o ser humano age muito a seu favor, resultando na extração de bens naturais e não executa o movimento de devolutiva à natureza, o que gera em grande escala as degradações ambientais muito visíveis. Em certas partes do livro, é nítido a ação do homem sobre a natureza.

“Subia em seu grosso tronco, balançava-se em seus galhos,
comia suas maçãs.” Silvertstein, 2017 (p. 17-20)

“E assim o menino subiu pelo tronco, colheu as maçãs e levou-as embora
E a árvore ficou feliz.” Silvertstein, 2017 (p.39)

“O menino cortou os galhos depressa e levou-os embora
pra fazer uma casa.” Silvertstein, 2017 (p.42)

“O menino cortou o tronco, fez um barco e viajou.” Silvertstein, 2017 (p. 48-49)

Para Rosa (2010), as próprias ações humanas acabam por degradar o meio ambiente de forma acelerada, a diversidade de espécies está diminuindo. Conforme afirma Rosa (2010), é preciso que o ser humano mude, uma vez que reconheça a necessidade de se ter um meio ambiente em equilíbrio para a sobrevivência de todos. Como já frisado em outro momento, devemos cuidar do meio em que habitamos, e de tudo aquilo que compunha esse meio, da mesma forma como estamos acelerados na conquista de nossos bens, estamos levando ao esgotamento dos recursos naturais.

Nessa mesma obra, é notório a insatisfação do menino quando em determinado momento, ele não reconhece tudo o que a árvore já lhe proporcionou, e mesmo assim para vê-lo bem e ela se sentir feliz, a árvore se dispõem a oferecer algo:

“Já não quero muita coisa, só um lugar sossegado onde possa me sentar, pois estou muito cansado.” Silvertstein, 2017 (p. 54)

“Pois bem”, responde a árvore, “eu sou apenas um toco mas um toco é muito útil pra se sentar e descansar.” Silvertstein, 2017 (p. 54).

Nesses trechos, observa-se que os valores de uma ação-correta, amor e não-violência são inexistentes para o menino. Valores estes, que o ser humano como um ser social constrói a partir das relações com o meio.

São os princípios que fundamentam a consciência humana. Eles estão presentes em todas as religiões e filosofias, independentemente de raça, sexo ou cultura. São inerentes à condição humana. Os Valores humanos dignificam a conduta humana e ampliam a capacidade de percepção do ser como consciência luminosa que tem no pensamento e nos sentimentos sua manifestação palpável e aferível. (MARTINELLI, 1999, p. 19).

Quando analisado as atitudes do menino em relação ao que diz a autora, e também na obra de Ruth Rocha “Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa” (1991) que de forma alguma há um pensamento reflexivo do que a humanidade está causando ao meio ambiente, porque pensa somente em si. Mas, ao mesmo tempo que há ausência de reconhecimento, o laço de afetividade existente entre a árvore e o menino é muito forte, e que entre todos deve haver esse sentimento do cuidar e preservar.

Ao iniciar a narrativa, nas primeiras páginas da obra, o afeto existente entre os dois é muito forte. Sentimento esse, que possibilita ao ser humano desenvolver o conhecimento, percebe-se esse laço forte entre os dois nas seguintes passagens da obra:

“Era uma vez uma árvore... que amava muito um menino.” Silvertstein, 2017 (p. 6-8)

“O menino amava a árvore... profundamente” Silvertstein, 2017 (p. 27-28)

Myiachi afirma,

[...] afetividade é um conjunto de fenômenos que se manifestam sob a forma de emoção, sentimentos, podendo ser acompanhados pela impressão de satisfação ou insatisfação, estados de bem-estar e mal-estar do indivíduo, portanto a afetividade pode ser considerada positiva ou negativa. (MIYACHI, 2016, p. 10).

Como também, a afetividade é um importante elemento no desenvolvimento humano, a imaginação junto com os conhecimentos prévios do aluno, são favoráveis para que desde seu primeiro contato com o meio social, sejam agentes influenciadores para o desenvolver de seu intelecto.

Outro aspecto presente nas duas obras elencadas, é aguçada imaginação que pode ser desenvolvida a partir do conteúdo que os livros em si apresentam. Fantasia que o menino

desenvolve, em determinado trecho que ele pega as folhas da árvore e faz uma coroa, imaginando ele ser o rei da floresta. A imaginação como já dito em outro momento, é uma fantasia que a criança por meio da leitura desenvolve, e juntamente de seus conhecimentos prévios, o professor pode contextualizar as obras “Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa” (1991) e a “A árvore generosa” (1962), a partir da própria capa que apresenta cores vivas e ilustrações que chamam a atenção de quem está a visualizar.

De acordo com Batista; Silva; Rodrigues,

[...] quando a criança já ouviu uma determinada história, ou alguma que tenha um enredo parecido, ela consegue olhar para as imagens e contar essa história de forma que tenha uma ligação com a história produzida pelo autor [...] a criança, através de seu conhecimento de outras histórias, observará todas as imagens, expressões dos personagens, cores (que indicam dia ou noite, chuva ou sol), para contar uma história. (BATISTA; SILVA; RODRIGUES, 2017, p. 2-3).

Compreende-se dessa forma que os livros analisados representam questões reais e atuais. Uma história quando apresenta questões sociais, oportuniza ao sujeito a compreensão do mundo real, como também a reflexão das suas atitudes e relação com esse meio, no caso, a preservação e cuidado com o meio ambiente. Portanto, percebemos que a literatura infantil se apresenta como um instrumento pedagógico, de grande valia, pois possibilita ao professor planejar e desenvolver práticas, no contexto escolar de maneira contínua e interdisciplinar, sobre a EA na etapa dos Anos Iniciais, fortalecendo assim, uma formação desde a infância, de agentes multiplicadores, de atitudes e valores relacionados ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo dessa pesquisa a qual buscou compreender a EA e verificar as possíveis relações com a literatura infantil, enquanto possibilidade de caminho pedagógico, para estudar a educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental e, também, da questão proclamada no título consideramos que, enquanto uma política pública no espaço escolar, pouco ainda se discute a importância dessa temática em sala, o que compete ao professor buscar formas diferenciadas e inovadoras, para desenvolver um trabalho contínuo que proporcione sentido e instigue o aluno a perceber e refletir sobre suas atitudes em relação ao meio ambiente.

Por isso, a literatura infantil enquanto caminho pedagógico apresenta-se não só possível, como indispensável. A partir das análises realizadas, ressaltamos que a literatura infantil como subsídio para a conscientização ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental, pode e deve ser trabalhada de forma contínua, uma vez que, a leitura ou a

contação de histórias, quando trabalhada de forma adequada, torna o aprendizado construtivo e prazeroso.

Destacamos que é preciso introduzir a EA de forma interdisciplinar, com vistas a fortalecer e ressaltar a importância da preservação do meio ambiente, iniciando na educação básica e perpassando o ensino superior. Nos anos iniciais, foco desse trabalho, pensamos que a literatura infantil pode ser uma grande aliada e inovadora no percurso formativo, pelo qual o professor pode fazer um levantamento de informações partindo dos saberes do seu aprendiz, além de resgatar a ludicidade e instigar a imaginação. Como aborda o livro “Azul e Lindo: Planeta Terra, Nossa Casa”, é preciso cuidar e preservar nosso Planeta como a nossa casa, pois é nele que nossos descendentes irão viver. Também na obra “Arvore Generosa”, que faz ênfase ao consumismo, que quanto mais nós consumirmos da natureza e não colocar de volta, um pode acabar. Conforme Berna

Quer lembrar que não recebemos o planeta como heranças de nossos pais, mas estamos tomando-o emprestado de nossos filhos e netos. A forma como tratamos o planeta será determinante para o futuro e a qualidade de vida para as próximas gerações. (BERNA,2001, p. 142).

Por fim, as contribuições desse trabalho nos fazem refletir que ainda há muito a se avançar no espaço escolar, ou seja, para se trabalhar de forma interdisciplinar a temática, muitos desafios devem ser rompidos, por exemplo, rever nossas atitudes enquanto educadores, para que possamos reforçar a ideia de que é possível trabalhar em sala de aula, partindo de problemáticas reais do nosso cotidiano.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND CHILD LITERATURE: A POSSIBLE RELATIONSHIP?

Abstract

This article aims to understand the Environmental Education (EE) and to verify the possible relationships with children's literature, as a pedagogical way to study environmental education in the Early Years of Elementary School. In order to answer the objective, it is used as theoretical references the studies about the subject, as well as official documents, which defines EE as a public policy. The methodology used was the bibliographic research of qualitative sources, with an analysis of two works of children's literature that approach the theme. First of all, it contextualizes the EE, its history and its relation with the educational environment from the official documents, with emphasis on the National Policy of Environmental Education - Law N°. 9.795, April 27th, 1999. In the sequence, it is sought to understand children's literature as a pedagogical way to study EE in the school context. It emphasizes the importance to work on this theme from the first stage of elementary education, for the children develop awareness about the preservation of the environment since the childhood. Thus, the children can be agents that propagate what they learn in school. In

addition, it is possible to state that children's literature presents itself as an instrument of great value for the study of EE, in a playful and creative way.

Keywords: Environmental Education, Childhood, Children's Literature

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. O que é Educação Ambiental: definições de Educação Ambiental. **Projeto Apoea – Educação Ambiental**, 2005. Disponível em: . Acesso em: 01 mai. 2018..

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. GOMES, Lisandra Ogg. Concepção de Criança, Infância e Educação. In:_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC, SEB, 2015. p. 09-22.

AZEVEDO, Ricardo. **Livros para crianças e literatura infantil: convergência e dissonâncias**. 1998/1999. Disponível em: <<http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Livros-para-criancas-e-literatura-infantil.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BARDIN, Laurenci. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNA , Vilmar Sidnei Demamam. **Como fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9. 795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**, Brasília, DF, jun. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 07 de abril de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: v. 1, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: v.3, 1998.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Leonice; MARQUES, Maurício Dias; DIAS, Lucas Seolin. Educação, Educação Ambiental, Percepção Ambiental e Educomunicação. In: _____. **Educação Ambiental: conceitos, metodologias e práticas**. Tupã: ANAP, 2016. cap. 1, p. 12-44. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Fluminhan/publication/309179299_Utilizacao_do_Acervo_Educacional_de_Ciencias_Naturais_da_Unoeste_para_a_Educacao_Ambiental/inks/5803024408ae310e0d9dec44/Utilizacao-do-Acervo-Educacional-de-Ciencias-Naturais-da-Unoeste-para-a-Educacao-Ambiental.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 166 p

GRACIOLLI, Suelen Regina Patriarcha; ZANON, Ângela Maria . Reflexões acerca da literatura Infantil e Educação Ambiental. **Revista Educação Ambiental Em Ação**, n. 60, ano XVI, jun./ago. 2017. Disponível em: <<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2739>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **Literatura Infantil e educação infantil: um grande encontro**. Univesp, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/453/4/01d14t10.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 16, p. 24-41, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

NIEHUES, Mariane Rocha; COSTA, Marli de Oliveira. Concepções de Infância ao longo da história. **Revista Técnico Científica (IFSC)**, v. 3, n. 1, p. 284- 289, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/420/342>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ROCHA, Ruth. **Azul e Lindo Planeta Terra, Nossa Casa**. São Paulo: Salamandra, 2014

ROSA, Mardióli Dalla. Dano ambiental ocasionado pela exploração desenfreada dos recursos naturais. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13/14, p. 157-172, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/16/152>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SANTOS, Camila de F. Soares dos; SUDBRACK, Edite Maria. Profissionalização docente no contexto do PNE: entre proclamações e desmontes. Curitiba: CRV, 2018.

SPIRONELLO, Rosangela Lurdes. TAVARES, Fabiane Silveira. SILVA, Eder Pereira. Educação Ambiental: Da teoria à prática, em busca da sensibilização e conscientização ambiental. **Revista Geonorte**, v.3, n.4, p. 140-152, 2012. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1930>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SILVA, Fabrinny Araujo. **Educação ambiental sob a ótica dos alunos de um curso técnico em meio ambiente**. 2011. 11 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

SILVERSTEIN, Shel. A árvore generosa. Tradução: Fernando Sabino. ed. 1. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2017. Disponível em: <<http://livraria.folha.com.br/livros/3-a-5-anos/arvore-generosa-shel-silverstein-1012180.html>>. Acesso em 29 de maio 2018.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUSA, Viviane. A leitura e a literatura na Educação Infantil. **Fucamp**, v. 13. n.18, p. 88-110. 2014. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/624/453>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Renata Junqueira de. GIROTTO, Cyntia Graziella Guizelim Simões. **Estratégias de leitura**: uma alternativa para o início da educação literária. *Álabe* 4, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ual.es/alabe>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

STOLZ, Pablo Viana. VAZ, Marta Regina Cezar. Compreensão dos separadores de resíduos acerca do eu trabalho com o meio ambiente. **Remea (FURG)**, v. 22, p. 234-246, jan/jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2814/1595>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

TELES, Damares Araújo. SOARES, Maria Perpétua do Socorro Beserra. A literatura infantil nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: importância e contribuições para a formação de leitores. In: V FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 5., 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: V FIPED, 2013. Fiped 2013. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_184_90853e17a4727597548c1f714335c0f.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.